

SENTENÇAS, AFIRMAÇÕES E CORRESPONDÊNCIA (OU A FALTA DE)¹

ANA CLARA POLAKOF
UdelaR/ SNI

anaclarapo@gmail.com

Resumen. En esta nota, presentamos una alternativa para lidiar con el argumento del tiro de la honda. Introducimos, en primer lugar, el argumento dado por Church (1956) que retoma por primera vez la tesis de Frege (1892) de que las oraciones refieren a lo verdadero o a lo falso, y la utilización del argumento por Davidson (1969) para defender que, si hay una correspondencia entre oraciones y hechos, el uso del argumento permite demostrar que hay un único gran hecho. Introducimos, en segundo lugar, el argumento de Chateaubriand (2001) para rechazar el argumento del tiro de la honda para defender que hay una correspondencia entre las oraciones y los hechos o los estados de cosas. Finalmente, presentamos una tercera alternativa que nos permite defender que no se debe asumir una correspondencia unívoca entre afirmaciones y ontología. A partir de ella, defendemos que las oraciones son descriptivas y no referenciales, que no hay una equivalencia entre oraciones y nombres, y que los hechos existen independientemente de las afirmaciones que podamos hacer sobre ellos.

Palabras clave: argumento del tiro de la honda, oraciones, afirmaciones, correspondencia

Abstract. In this note, we present an alternative to deal with the slingshot argument. We introduce, first, Church's (1956) argument. This argument was the first, after Frege (1892), to defend that sentences refer to the True or to the False. Second, we introduce Davidson's (1969) use of the argument to defend that, if there is any correspondence between sentences and facts, sentences correspond to the Great Fact. Third, we introduce Chateaubriand's (2001) argument to reject the slingshots and defend that

1 Devo agradecer a Oswaldo Chateaubriand por seus conselhos, e aos comentários de Marco Ruffino na minha defesa do doutorado sobre este assunto (e outros).

there is a correspondence between sentences and facts or states of affairs. Finally, we present a third alternative which allows us to defend that there is no univocal correspondence between statements and facts. From this perspective, we defend that sentences are descriptive and non referential, that there is no equivalence between sentences and names, and that facts exist independently of the statements we may make about them.

Key-words: slingshot argument, sentences, statements, correspondence

O argumento do *slingshot* foi chamado assim por Barwise e Perry (1975) devido à sua sinteticidade e ao uso feito dele por Davidson.² É usado como defesa de que sentenças só podem se referir ao verdadeiro ou ao falso –a tese de Frege–, e como argumento de que se houvesse fatos, haveria um único grande fato (Davidson, 1969). Esse argumento é analisado tanto por aqueles que rejeitam fatos como por aqueles que os defendem. Os segundos devem encontrar argumentos para mostrar que o argumento do *slingshot* (*argumento da funda* de agora em diante)³ não é suficiente para eliminar os fatos da ontologia (Chateaubriand, 2001). Todas as propostas que analisam o argumento compartilham uma visão correspondentista: deve haver algum tipo de correspondência (entendida como referência ou identificação) entre as sentenças e a realidade.⁴

Nesta nota introduzimos, portanto, o argumento da funda. Analisamos, em primeiro lugar, o argumento dado por Church (1956), o primeiro a retomar a tese de Frege (1892), de que, se as sentenças referem, devem se referir ao verdadeiro ou o falso. Seguimos, então, para o argumento de Davidson (1969), que utiliza essa tese para estabelecer que, se há uma correspondência entre sentenças e fatos, ela serve para demonstrar que há um único grande fato. Em segundo lugar, introduzimos o argumento de Chateaubriand (2001) sobre po-

2 “The term ‘slingshot’ was originally suggested to us by Donald Davidson’s use of this compact piece of philosophical artillery in his wars against some of the giants of our industry” (Barwise e Perry, 1975, 400).

3 Seguimos a Abilio Rodrigues (2007) no uso desta tradução.

4 O artigo de Davidson que trabalhamos tem a intenção de ir contra certas teorias correspondentistas, mas ele é correspondentista: “In this paper I defend a version of the correspondence theory” (Davidson, 1969, 748).

dermos contestar o argumento da funda, defendendo que há uma correspondência entre sentenças e fatos ou estados de coisas.⁵ Em terceiro lugar, apresentamos uma terceira alternativa que visa contestar o argumento da funda. Esta terceira alternativa nos permite defender que não se deve assumir uma correspondência unívoca entre afirmações e ontologia. Mostraremos que, mesmo sendo possível evitar o argumento da funda usado por Davidson em *True to The Facts* –como foi feito por Chateaubriand (2001) ou por Barwise e Perry (1975), entre outros–, o problema está em não reconhecer que as afirmações são descritivas e não referenciais. Finalmente, apresentamos nossa alternativa, que rejeita a equivalência entre sentenças e nomes, e tentamos mostrar que nossa proposta é imune as objeções que surgem a partir do argumento da funda.

O argumento da funda

O argumento da funda está baseado na tese de Frege (1892) de que as sentenças verdadeiras se referem ao verdadeiro e as sentenças falsas, ao falso. Embora aceitar o verdadeiro e o falso como objetos seja problemático, a tese de Frege tem sido defendida por vários filósofos. Church foi o primeiro (depois de Frege) a utilizar esse argumento para concluir que a única alternativa possível –para quem considera que a sentença é um tipo de nome (Church, 1956, 24)– é a fregeana. Ou seja, a única alternativa possível é defender que todas as sentenças verdadeiras se referem ao verdadeiro. Este argumento –que é a base do argumento usado por Davidson– se fundamenta em dois princípios (tomados de Ruffino, 2004b, 25):

- (R) Quando, numa expressão complexa, uma expressão constitutiva é substituída por outra com a mesma referência, a referência não muda.
- (S) Sentenças sinônimas têm a mesma referência.

5 O interesse do autor em contestar o argumento não tem diminuído, como pode-se observar em Chateaubriand (2015). Contudo, focaremos a atenção desta nota nos argumentos dados por ele em 2001.

Tendo esses princípios em consideração, o argumento de Church propõe que podemos passar de 1 a 2, de 2 a 3, e de 3 a 4:

1. Sir Walter Scott is the author of Waverley.
2. Sir Walter Scott is the man who wrote twenty-nine Waverley novels altogether.
3. The number, such that Sir Walter Scott is the man that wrote that many Waverley novels altogether, is twenty-nine.
4. The number of counties in Utah is twenty-nine.

Church argumenta que, ao passar de sentença em sentença, é possível estabelecer que elas têm a mesma denotação. Contudo, a primeira e a última parecem não ter nada importante em comum, com exceção do valor de verdade. Se usarmos os dois princípios (R e S), podemos ver como a análise é feita. A sentença (2) resulta da (1) a partir da substituição de uma descrição por outra, sendo que as duas descrevem a mesma pessoa, Scott. A sentença (4) resulta da (3) por um movimento similar, com as descrições na posição de sujeito descrevendo um número. O passo de (2) a (3), porém, é de um tipo diferente. Church afirma que (2), mesmo podendo não ser sinônima de (3), “is at least so nearly so as to ensure having the same denotation” (Church, 1956, 25) o que faz com que as substituições sejam possíveis. Church estabelece, então, que “Elaboration of examples of this kind leads us quickly to the conclusion, as at least plausible, that all true sentences have the same denotation”. (Church, 1956, 25).

O argumento se dá a partir dos princípios antes enunciados (R e S) e é considerado como uma prova válida de que se as sentenças denotam (ou referem), elas denotam (ou referem) o mesmo valor de verdade (como Frege [1892] tinha argumentado).⁶ Porém, isto não significa que a análise não seja vista como um tanto forçada. Barwise e Perry (1975, 395), ao tentar explicar a falha do argumento, dizem

The argument is like an ambiguous figure or an Escher drawing. If you are aware of situations, you have to keep shifting perspective to let the argument trick you. From one perspective the first and last steps are fine but the middle step is wrong. From a

6 Essa prova depende das respectivas formalizações, nas quais não entramos.

second perspective the middle step is reasonably good but the first and last steps are completely unfounded.

Ou seja, não se apresenta como totalmente natural para quem quer defender que as sentenças identificam uma coisa diferente dos valores de verdade. O argumento conciso –como pode ter sido observado na análise apresentada– visa descartar qualquer teoria que pretenda defender que sentenças podem ter referentes diferentes, e tem sido usado por diversos autores.⁷ No caso do artigo de Davidson (1969), o argumento ocupa menos de dois parágrafos de um artigo de 17 páginas, o que é característico do argumento da funda:⁸

The confirming argument is this. Let 's' abbreviate some true sentence. Then surely the statement that s corresponds to the fact that s. But we may substitute for the second 's' the logically equivalent '(the x such that x is identical with Diogenes and s) is identical with (the x such that x is identical with Diogenes)'. Applying the principle that we may substitute coextensive singular terms, we can substitute 'T for 's' in the last quoted sentence, provided 't' is true. Finally, reversing the first step we conclude that the statement that s corresponds to the fact that t, where 's' and 't' are any true sentences.

Since aside from matters of correspondence no way of distinguishing facts has been proposed, and this test fails to uncover a single difference, we may read the result of our argument as showing that there is exactly one fact. Descriptions like 'the fact that there are stupas in Nepal', if they describe at all, describe the same thing: The Great Fact. No point remains in distinguishing among various names of The Great Fact when written after 'corresponds to'; we may as well settle for the single phrase 'corresponds to The Great Fact'. (Davidson, 1969, 753)

Ou seja, é possível substituir qualquer parte da sentença verdadeira por outra que não afete a sua verdade e chegar à conclusão de que temos um único grande fato. Não entramos na formalização do argumento, pois nos interessa simplesmente a sua meta: demonstrar que, se aceitarmos o princípio de substituição proposto por Frege,

7 Por mais informações, ler Barwise e Perry (1975), o capítulo 4 de Chateaubriand (2001), e a tese de doutorado de Abilio Rodrigues (2007).

8 Não entramos na discussão prévia do artigo, pois nos focamos no argumento.

é possível chegar a uma conclusão similar à que ele chegou. Neste caso em particular, em lugar de argumentar que todas as sentenças verdadeiras se referem a ou denotam o verdadeiro, deveríamos concluir que, se há fatos, todas as sentenças denotam um único grande fato.⁹

Chateaubriand contra o argumento da funda

Chateaubriand (2001) defende que sentenças verdadeiras referem ou identificam fatos.¹⁰ Ele trabalha com os argumentos dados por Church, Davidson e Gödel como sendo defesas do argumento de Frege de que todas as sentenças denotam valores de verdade (o verdadeiro ou o falso). Especificamente sobre o argumento de Davidson em *Truth and Meaning*, Chateaubriand defende que é uma reformulação do argumento de Church para a denotação. Davidson propõe, segundo Chateaubriand (2001, 143), que se aceitarmos o princípio de que expressões logicamente equivalentes têm a mesma denotação, e aceitarmos o princípio de Frege de substitutividade, “...then sentences that have the same truth value have the same denotation”. Mesmo não sendo o artigo em que focamos esta nota, pode ser visto como um pré-argumento para o que será defendido em *True to the Facts*: se há uma denotação das sentenças verdadeiras, todas denotam o único grande fato. Segundo Chateaubriand, esse tipo de argumento assume que a equivalência lógica deve ser uma relação muito forte para garantir igualdade de denotação. Contudo, segundo ele, todas as reformulações do argumento se baseiam no erro de aceitar que essa relação preserva significado, sentido ou denotação. Ele continua a argumentar que, mesmo se aceitarmos que a equivalência lógica preserva o valor de verdade –o que, na sua teoria que aceita sentenças que não são nem verdadeiras nem falsas, não se dá tão facilmente–, não é nada claro que a igualdade em valor de verdade garanta igualdade de denotação.

9 A formalização do argumento de Davidson (1969) pode ser encontrada na tese de Abilio Rodrigues (2007) na seção 2.2.

10 No seu sentido amplo de fato que não coincide exatamente com a definição de fatos que nós defendemos, ver autor.

Ele diz, então, que o tratamento de Davidson não é satisfatório, e termina o capítulo 4 com o argumento de Gödel, para concluir que nenhum dos argumentos apresentados é satisfatório para defender a tese de Frege (Chateaubriand, 2001, 153). Ou seja, não há razões para aceitar o argumento da funda, pois ele pode ser questionado.¹¹ As críticas que Chateaubriand faz ao argumento podem ser classificadas em três (Ruffino, 2004a): não há uma definição clara do que é a sinonímia; não temos por que aceitar que o princípio de Gödel ‘ $F(a)$ ’ e ‘ $a=(\iota x)(F(x) \ \& \ x=a)$ ’ é válido sempre (pode depender de contingências); e o argumento pode ser evitado se analisarmos as sentenças combinando uma análise fregeana para os sujeitos e uma russelliana para os predicados. Essa análise não permite fazer as substituições quando as descrições definidas estão no predicado (de 2 a 3) e contesta, portanto, o argumento.

Todavia, defesas como as de Chateaubriand podem ser criticadas, pois aceitam que as sentenças são tipos de nomes.¹² A seguir, apresentamos uma terceira alternativa que questiona a ideia da correspondência entre afirmações e fatos e a equivalência entre sentenças e nomes.

11 Há vários autores que tentam contestar o argumento. Barwise e Perry (1975) questionam o argumento e dizem que seu uso pode ser evitado pois baseia-se em mudanças de interpretações *value-free* e *value-laden*. Argumentam que o valor é carregado nas primeiras descrições definidas, depois é descarregado (sem valor), e, finalmente, carregado novamente. Neale (2001) estabelece que só se pode evitar o uso do argumento se fatos forem entendidos como entidades estruturadas, mas não nos casos em que eles forem vistos como simples. Restall (2004) tenta mostrar que uma abordagem de modelos também evita usar o argumento. Rodrigues (2007) defende na sua tese que uma aproximação ao problema a partir de fazedores de verdade empíricos também resolve o problema, entre outros.

12 Os argumentos dados por Chateaubriand podem ser criticados. Ruffino (2004a) afirma que esses três pontos podem ser questionados e que a única maneira de contestar o argumento seria usar “(...) something like Russell’s pure theory, which eliminates the descriptions in the subject position as well” (Ruffino, 2004a, 208). Por seu lado, Chateaubriand (2004) afirma –contra Ruffino (2004a)– que a sua proposta contesta, sim, o argumento.

Uma terceira alternativa

Há, à primeira vista, dois caminhos possíveis a respeito do tratamento dos argumentos da funda: ou aceita-se uma proposta equivalente à de Chateaubriand (2001 e 2004a) ou aceita-se, como Ruffino (2004a), que os argumentos lá apresentados não são suficientemente fortes para contestar o argumento da funda. No entanto, o argumento da funda não é suficiente para descartar fatos da ontologia e há bases para questionar a ideia de que todas as afirmações verdadeiras se referem a um mesmo fato. O problema dessas duas alternativas é que o argumento depende da aceitação de alguma versão de correspondência entre afirmações e realidade. O caminho tomado por Davidson aceita uma correspondência a um único grande fato. O caminho tomado por Chateaubriand (2001) apresenta uma correspondência a fatos (estados de coisas) enfraquecida pelos argumentos da funda que, afinal, Chateaubriand logra rejeitar. Há, contudo, uma terceira alternativa –a que defenderemos– que não aceita nenhuma das análises apresentadas nesta nota. Ela foi pensada a partir de Barwise e Perry (1983, 67), onde se afirma que só descrições definidas referem, e que sentenças descrevem.¹³ Ou seja, o argumento da funda é evitado pois sentenças não referem. Essa alternativa foi prevista, também, por Ruffino (2004b, 26): “But, of course, one could still avoid Frege’s thesis by (...) denying that sentences do in fact refer (i.e., by denying the parallel between sentences and proper names) (...)”. Portanto, nossa alternativa contesta o argumento, pois não aceita que sentenças sejam nomes próprios. Não aceitamos a tese de Frege.

Antes de continuar, algumas distinções terminológicas devem ser feitas. Entendemos que as sentenças são unidades gramaticais. Portanto, são incapazes de se referir (apontar para alguma coisa no mundo) e não possuem valores de verdade. O argumento da funda, então, não deveria se dar a partir de sentenças e sim a partir de

13 Vale notar que a aproximação de Barwise e Perry (1983), que funciona muito bem na semântica, é fraca quando pensamos em questões ontológicas, pois distintas entidades podem ser classificadas como situações. Por esta mesma razão, tomamos a ideia de que sentenças descrevem e não referem, mas não usamos a semântica de situações lá apresentada.

afirmações, como bem notou Davidson (1969, 754), “Truth is not a property of sentences, it is a relation between sentences, speakers, and date”. São as afirmações –proferências feitas pelo falante que se relacionam com as sentenças, mas não são sentenças– as que podem ter relação com a verdade e o mundo.¹⁴ É a partir das afirmações que os argumentos da funda deveriam ser construídos. Mesmo quando a maioria dos filósofos aceita a distinção entre sentença e afirmação, é comum ler artigos onde se fala em verdade das sentenças (como pode ter-se observado na citação anterior de Ruffino 2004b) e, reiteramos, sentenças não têm valores de verdade. Assim, acreditamos que, para falar em algum tipo de correspondência, devemos falar em afirmações.¹⁵

Ao assumirmos que sentenças não têm valor de verdade (pois são unidades de análise gramatical), que não são equivalentes a nomes e que, ao serem usadas, não se referem a nada, não denotam fatos, nem situações, nem estados de coisas, podemos evitar o argumento da funda. Obviamente, em toda afirmação pode haver embutida alguma referência a alguma coisa, mas a referência está ligada aos termos singulares, às descrições definidas, e aos nomes próprios que nelas encontramos.¹⁶ Por exemplo, quando afirmo algo como “a televisão está ligada” descrevo um evento, mas não me refiro ao evento (como bem nota Davidson em *The Logical Form of Action Sentences*),

14 Poderia-se objetar que seria melhor falar em “tokens de sentenças” que seriam os que teriam valores de verdade, pois as afirmações contêm uma força ilocucionária impressa nesse token linguístico, que seria o que seria verdadeiro ou falso. O problema é que o token da sentença (se entendermos a sentença como um tipo) não tem valor de verdade. Se eu escrevo “O meu amigo é Pedro”, ele é um token de uma sentença sem valor de verdade. O valor de verdade ganha-se uma vez que temos alguma relação entre linguagem e realidade. Assim, assumimos que é a afirmação (que pode estar relacionada à sentença e à proposição) que tem valor de verdade e não o token linguístico. Certamente, isso levanta problemas relacionados com as proposições e a verdade que não são considerados neste momento, mas poderão ser pesquisados num futuro.

15 É, também, muito usual encontrar, usadas como sinônimos de sentenças, as proposições (ver Geach, 1965). Esta é uma distinção mais complicada de fazer. Acha-mos que, se há proposições, elas devem, sim, estar vinculadas à verdade. Portanto, estariam mais próximas das afirmações que das sentenças. Contudo, não entramos no debate de o que são as proposições, pois escapa aos nossos objetivos.

16 Nem todas as descrições definidas são referenciais, ver autor.

e quando afirmo algo como “Ana é uma mulher” descrevo um fato, mas não me refiro ao fato. Há sim referência, nestes casos, à *televisão*, o objeto que está participando do evento, e a *Ana*, o objeto no qual se instancia a propriedade *ser mulher*, que estão incluídos naquelas afirmações. Contudo, não há referência a fatos (nem a eventos) em nenhuma dessas afirmações.

Consideramos que, como as afirmações descrevem muitas coisas (em sentido chisholmiano), tentar estabelecer os tipos de coisas que as afirmações descrevem não faz sentido, podem ser tão variados quanto as coisas que houver ou não houver na realidade. Podemos fazer afirmações de coisas que não existem sem comprometer-nos com elas. Por exemplo, neste momento a Globo está passando o desenho *O gato de botas*. Posso afirmar “O gato de botas está falando” e essa afirmação descreve uma coisa que estou observando. Porém, esse “objeto” e o “evento” do qual ele participa não estão no mundo, mesmo quando essa afirmação descreve uma coisa que estou assistindo. A pessoa que está do meu lado poderá confirmar que o gato de botas está falando. Contudo, isso não acarreta que deva me comprometer com a existência do gato de botas. É possível evitar o linguisticismo (Martin, 2008), evitar a ideia de que porque há uma variável há alguma coisa. A linguagem deve ser separada da ontologia, e não podemos definir os nossos fatos a partir das nossas afirmações, pois muitas delas não correspondem a nada na realidade. Elas são usadas para comunicar, e na comunicação poucas vezes importa se o que é descrito na afirmação é um fato, um evento, uma propriedade, ou a coisa que é (ou não é). Importa que quem está me ouvindo me compreenda, e possamos ter uma comunicação efetiva (à la Grice). Nossa proposta argumenta contra as versões correspondentistas “clássicas”; não porque achamos que não há nada na realidade (de fato propomos uma ontologia bem rica, com 5 categorias ontológicas básicas, ver autor), mas porque achamos que é um erro entender que as afirmações devem corresponder a alguma coisa (ou vice-versa, que as coisas devem corresponder a uma afirmação).

Consideramos, então, que os defensores e os críticos do argumento da funda têm em comum uma coisa muito importante: a linguagem. Ambos parecem acreditar que, como há afirmações verdadeiras, é

possível definir se temos fatos ou não. Se aceitarmos o argumento de Davidson, usamos algum tipo de argumento da funda para provar que se há fatos, há só um único grande fato. Se aceitarmos uma aproximação do tipo russelliana (1918) ao assunto, deveríamos afirmar que as afirmações verdadeiras identificam (ou apontam para) fatos, e os fatos que são apontados por essas afirmações são fatos diferentes. Uma alternativa destas é a de Chateaubriand (2001), onde se propõe que sentenças/afirmações/proposições verdadeiras apontam a estados de coisas na realidade. Para defender a sua alternativa, precisou refutar o argumento da funda. Os argumentos que ele dá são, para nós, suficientes. Porém, para filósofos como Ruffino, os argumentos dados por Chateaubriand não resolvem o problema (também não resolvem o problema os argumentos dados por Barwise e Perry, 1975, em Ruffino 2004b).

Podemos estabelecer (como defensores da existência de fatos) que não importa em qual lado do argumento você se encontre, ambas perspectivas dependem fortemente da linguagem.¹⁷ Consideramos que o problema está, reiteramos, em tentar resolver o problema (contra ou a favor) usando a linguagem. A linguagem não tem uma relação “um para um” com a realidade. É possível defender que afirmações são usadas para descrever coisas que podem estar ou não na ontologia, e, portanto, que fatos são independentes das afirmações que podemos fazer sobre eles. Não queremos dizer com isto que não é possível estabelecer uma relação entre linguagem e ontologia, só queremos argumentar que não é possível estabelecer, a partir de teorias correspondentistas, como as mencionadas, se há fatos ou não. Devemos ter cuidado ao estabelecer essa relação, pois nem tudo o que podemos afirmar existe, como já tinha reconhecido Vendler (1967, 69) para os termos singulares:

For the time being, we have to be satisfied with the conclusion that the discourse in which a referential *the N*- phrase occurs entails a *There is an N ...* assertion. But we should add the *caveat*: there are things that do not really exist.

¹⁷ Há alguns autores que apresentam posturas intermédias, como Neale (2001). Ele defende que é possível ir contra o argumento caso os fatos sejam estruturados, mas não no caso em que eles sejam entendidos como entidades simples.

Terminamos, então, defendendo que –mesmo quando é possível usar o argumento da funda para descartar argumentos a favor de fatos, e tentar encontrar alternativas para contestar o argumento da funda e defender a existência de fatos– o problema nos dois casos está em assumir que há uma correspondência entre sentenças (ou mesmo afirmações) e realidade. Há fatos na ontologia que são entidades abstratas e resultam da instanciamento de uma propriedade universal numa entidade concreta, e independem de qualquer tipo de afirmação que possa ser feita sobre eles. Qualquer teoria que tente defender que há fatos a partir de uma teoria de correspondência (ou que todas as afirmações verdadeiras correspondem a fatos) nunca poderá rebater totalmente o argumento da funda usado pelos detratores de fatos. Fatos são independentes da linguagem, e qualquer teoria que use a linguagem para tentar defender ou rejeitar a sua existência deixa de se dar conta desta importante questão.

Referências

Autor. Datos eliminados para asegurar el anonimato.

Barwise, J. & Perry, J. (1975), "Semantic Innocence and Uncompromising Situations", en French, P., Uehling, T. & H. Wettstein (eds.) *Midwest Studies In Philosophy*, Vol. IV: The Foundations of Analytic Philosophy. Minneapolis, University of Minnesota Press. [Reimpreso en Martinich, A. (1985), *The Philosophy of Language*, New York, Oxford University Press, p. 369- 81.]

Barwise, J. & Perry, J. (1983), *Situations and attitudes*, Massachusetts, MIT Press

Chateaubriand, O. (2001), *Logical forms. Part 1. Truth and description*, Campinas Colecao CLE

Chateaubriand, O. (2004), "Did the Slingshots Hit the Mark? Reply to Marco Ruffino", *Manuscrito - Rev. Int. Fil.*, Campinas, v. 27, n. 1, pp. 211-225, jan.-jun. 2004.

Chateaubriand, O. (2015), "The True, the False, and the slingshot arguments", en Hauesler, E., De Campos Sanz, W. & Lopes, B. (Eds.). *Why is This a Proof? Festschrift for Luiz Carlos Pereira*. UK: College Publications, 2015, p. 106-112.

Chisholm, R. (1976), *Person and object: a metaphysical study*, La Salle/Illinois, Open Court Publishing Company.

- Church, A. (1956), *Introduction to Mathematical Logic*, Princeton, Princeton University Press.
- Davidson, D. (1967), "Truth and Meaning", *Synthese* 17, p. 304-23, 1967. [Reimpreso e Davidson, D, (1984), *Inquiries into Truth and Interpretation*, Oxford, Clarendon Press, p. 17-36.].
- Davidson, D. (1969), "True to the Facts", *The Journal of Philosophy*, Vol. 66, No. 21, Sixty-Sixth Annual Meeting of the American Philosophical Association Eastern Division, p. 748-764, Nov. 6, 1969.
- Davidson, D. (1981), "The Logical Form of Action Sentences", en Davidson, D. 1981 [2001]. *Essays on actions and events*, Berkeley, University of California.
- Frege, G. (1892), "On sense and Reference", en Black, M. & Geach P. (Eds.) (1960), *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege*, Oxford, Basil Blackwell, p. 56-68.
- Geach, P. T. (1965), "Assertives", *The Philosophical Review*, Vol. 74, No. 4 (Oct., 1965), pp. 449-465 .
- Grice, H. P. (1975), "Logic and conversation", en P. Cole & J. L. Morgan (eds), *Syntax and Semantics*, Vol. 3: *Speech Acts*, New York, Seminar Press, p. 113-28.
- Martin, C.B. (2008), *The Mind In Nature*, New York, Oxford.
- Neale, S. (2001), *Facing facts*, New York, Oxford University Press.
- Restall, G. (2004), "One Way to Face Facts", *The Philosophical Quarterly*, 21, pp. 420-426.
- Rodrigues, A. (2007), *Frege, fazedores-de-verdade e o argumento da funda*. Pontificia Universidade Católica de Rio de Janeiro [disponible en http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10724/10724_1.PDF]
- Ruffino, M. 2004a. "Chateaubriand on the Slingshot Arguments", *Manuscrito - Rev. Int. Fil.*, Campinas, v. 27, n. 1, p. 201-209, jan.-jun. 2004.
- Ruffino, M. 2004b. "Church's and Gödel's slingshot arguments", *Abstracta* 1, pp. 27-40.
- Russell, B. (1918), "The philosophy of Logical Atomism", en B. Russell. (2010 [1972]), *The philosophy of Logical Atomism*, London/ New York, Routledge, p. 1-110.
- Vendler, Z. (1967), *Linguistics and Philosophy*, Ithaca/London, Cornell University Press.